

Resenha

Um Brasil não visto da Casa-Grande nem da varanda *gourmet*

A Brazil not seen from the Casa-Grande or from the gourmet balcony

DAVID, Antônio (Org.) (2018). O Brasil de Florestan. São Paulo: Ed. da Fundação Perseu Abramo; Belo Horizonte: Autêntica. 251 p.

RICARDO RAMOS SHIOTA

Desde o falecimento de Florestan Fernandes (1920-1995), tem havido um movimento crescente de interesse pela sua obra, que abrange contribuições em diferentes áreas disciplinares e eixos temáticos e para o qual têm contribuído a reedição e lançamento de novos livros de e sobre o autor.

Em 2018, veio a lume o livro *O Brasil de Florestan*, reunindo textos pouco acessíveis. Organizada por Antônio David, a publicação possibilita um contato direto com a obra do sociólogo paulista sem a presença de textos de comentadores. Ela apresenta a inquietação intelectual com o Brasil como um dos traços centrais. Essa obra foi escrita entre 1942 e 1995, de quando era estudante do curso de ciências sociais da Universidade de São Paulo (USP), até a data de sua morte. Há diversos contextos e problemáticas que iluminam esse

período de 53 anos de produção intelectual do autor, muitas mediações na sua evolução e mudança de posicionamentos teóricos e políticos, objeto de inúmeras controvérsias. No entanto, como sintetiza Bento Prado-Júnior:

sua obra científica desde muito cedo se encaminhou para uma visão crítica da sociedade brasileira. E, entre uma visão científico-crítica da sociedade brasileira e uma militância política de oposição e de crítica à organização social do Brasil, há uma perfeita continuidade. Entre o sociólogo — preocupado com os excluídos, com os preconceitos raciais e com todos os processos de exclusão — e o militante — defensor dos excluídos —, há uma perfeita continuidade. Essa continuidade está marcada pelo adjetivo “crítico”, a crítica transformada em comportamento, em atividade política (PRADO-JÚNIOR, 2007, p. 7).

O livro resenhado, que reúne 23 textos de Florestan Fernandes, contém dois manuscritos inéditos: *Elementos étnicos na formação da sociedade brasileira* [1943]¹ — a primeira conferência do autor, ainda estudante — e *Formação e desenvolvimento da sociedade brasileira* [1966], anotações de um curso dado em 1966 na Universidade de São Paulo. Esse texto revela a preocupação do autor de utilizar técnicas e conceitos sociológicos na descrição e interpretação da sociedade nacional com ênfase no período colonial. O autor sustenta que a colonização foi uma fonte de privilégios para a “raça dominante”, à qual pertenciam os representantes da Coroa e o nobre. Tal princípio organizativo, que favoreceu uma única raça, regulou e disciplinou os processos econômicos e a história brasileira posterior. Esse texto inédito mantém relação direta com a primeira e a segunda partes do livro *A revolução burguesa no Brasil*, redigidas no mesmo ano.

Somam-se à coletânea as resenhas dos livros *Gente sem raça* [1943], de Ataliba Viana; *A revolução liberal de 1842* [1944], de Aluísio de Almeida; *Contos populares paulistas* [1947], de Aluísio de Almeida; *A aculturação dos alemães no Brasil* [1949], de Emílio Willems; *Raízes do Brasil* [1948] e *Caminhos e fronteiras* [1958], de Sérgio Buarque de Holanda; *Brazilian culture: an introduction to the study of culture in Brazil* [1950], de Fernando de Azevedo; *Le Brésil, structure sociale et institutions politiques* [1959], de Jacques Lambert; *Perspectivas da economia brasileira* [1959], de Celso Furtado; *Favelas* [1965], de Gui Mazzoni e Marcos Mazzoni; *A concentração demográfica no Brasil* [1965], de Eduardo Alcantara de Oliveira. O número de páginas varia em razão da importância dada pelo sociólogo às obras; com destaque ao livro de Willems, “a mais importante publicação antropológica aparecida no Brasil em 1946 [...], o mais

¹ Em colchetes são apresentadas as datas das publicações originais.

modelar trabalho de campo realizado entre nós em ciências sociais” (FERNANDES, 2018, p. 25), na apreciação do sociólogo paulista.

Além das resenhas, há o texto *A família patriarcal e suas funções econômicas* [1996], prova escrita do concurso de livre docência feito por ele em 1953. Há também introduções, capítulos e prefácio de livros publicados em coletâneas organizadas pelo autor ou por outros intelectuais como *Antecedentes indígenas: organização social das tribos tupis* [1960], capítulo do livro *História geral da civilização brasileira*, organizado por Sérgio Buarque de Holanda; *Introduções do livro Comunidade e sociedade no Brasil* [1973], livro organizado pelo próprio autor; *Relações de raça no Brasil: realidade e mito* [1977], capítulo do livro *Brasil: tempos modernos*, organizado por Celso Furtado; *Os enigmas do círculo vicioso* [1988], prefácio ao livro *História e desenvolvimento*, de Caio Prado Júnior. As introduções da coletânea *Comunidade e sociedade no Brasil* ganham destaque em virtude de oferecerem uma amostra da interpretação macrosociológica do país elaborada pelo autor, na qual a revolução burguesa é uma temática derivada de um percurso longo de pesquisa.

Ademais, a coletânea oferece ao leitor textos publicados em revistas especializadas como *A revolução burguesa no Brasil em questão* [1977], publicado na *Revista Contexto*; *Revolução ou contrarrevolução?* [1978], publicado em *Contexto*; *Nem federação nem democracia* [1990], publicado na *Revista São Paulo em Perspectiva* [1990]. Por fim, os textos *O centenário da antiabolição*, publicado em *Boletim Nacional do PT* [1988], e *Obra de Caio Prado Júnior nasce da rebeldia moral* [1991], publicado em *Folha de S. Paulo*. Eles mantêm relações diretas com as teses desenvolvidas na terceira parte de *A revolução burguesa no Brasil*, entre elas a de que a revolução democrática só pode ser vitoriosa se for além dos limites da ordem criada pelo capitalismo dependente.

[...] a sociedade de classe engendrada pelo capitalismo na periferia é incompatível com a universalidade dos direitos humanos: ela desemboca em uma democracia restrita e em um estado autocrático burguês, pelos quais a transformação capitalista se completa apenas em benefício de uma reduzida minoria privilegiada e dos interesses estrangeiros com os quais ela se articula institucionalmente (FERNANDES, 2018, p. 197).

Esses textos sinalizam as transformações operadas no pensamento de Florestan Fernandes, em virtude do novo contexto inaugurado pela implantação da ditadura empresarial-militar e sua aposentadoria compulsória na Universidade de São Paulo, em 1968. Também revelam os contextos da obsolescência do regime ditatorial e de sua candidatura e mandato a deputado constituinte pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Neles

há uma compreensão cada vez mais sofisticada do país como parte do processo político-econômico mundial.

O Brasil de Florestan é uma contribuição para o grande público interessado nos seus escritos, porque dá uma pequena amostra, com textos acessíveis, dos longos itinerários percorridos pelo autor. Esse livro revela os processos de trabalho de um intelectual para quem a sociologia nunca foi uma finalidade encerrada em si, mas um meio de interpretar, descrever, explicar e compreender a sociedade brasileira com o propósito de transformá-la.

Elementos étnicos na formação da sociedade brasileira, texto que abre a coleção, é ilustrativo do papel decisivo conferido à pesquisa empírica, desde o princípio da obra do autor, sempre guarnecida de uma preocupação teórica, que, do contrário, a tornaria “pesquisa administrativista” (ADORNO, HORKHEIMER, 1973). Nele, Fernandes revela preocupação com o destino histórico dos afro-brasileiros, a despeito de estar obnubilado, como os demais intelectuais do período, pela tese de Donald Pierson sobre a inexistência do preconceito de cor no país. Mas o trabalho de campo o permitiu questionar essa tese. “Observamos em Sorocaba, em uma pesquisa que realizamos, a existência do preconceito contra o negro” (FERNANDES, 2018, p. 14). Mais tarde, a temática do preconceito de cor no Brasil e o destino histórico de negros e mulatos, como revela o texto *Relações de raça no Brasil*, são tematizados para mostrar os limites do desenvolvimento capitalista no país ao manter inalteradas as desigualdades raciais.

Nos termos da linguagem da teoria crítica, a obra de Florestan Fernandes conjuga teoria e pesquisa empírica e se vale da experiência social dos elos frágeis para revelar a totalidade da formação social brasileira. Há uma preocupação com a emancipação através do fomento da consciência social dos agentes subalternizados pelos processos históricos, objetivando o exercício do comportamento inteligente pela via dos movimentos sociais e da organização política. O interesse teórico pelo significado, forma, conteúdo, estrutura, função, história, polarizações e dinamismo dos fatos e processos sociais não os formaliza nem os concebe como dados isolados; tais conceitos são vistos à luz de totalidades. Por exemplo, esse sociólogo compreende a função em sua relação com a história e não de modo formal à moda de Parsons ou de uma metafísica da sociedade.

Para ele, não é a sociologia a “arte pela arte”, tampouco uma especialidade descolada das demais ciências sociais, como sugere o questionamento a Celso Furtado na resenha do livro *Perspectivas da economia brasileira*. Nele, Fernandes interpela o “mal que nos causa a especialização científica” (FERNANDES, 2018, p. 70). O seu processo de trabalho

nos ensina: “o que há de pior é que a neutralidade da inteligência brasileira não é neutra: ela traduz e perpetua a velha atitude de indiferença das camadas senhoriais perante a miséria material e moral da plebe [...]” (FERNANDES, 1963, p. 231). O atraso passa a ser entendido como sinônimo de elementos repulsivos a serem suplantados na formação social brasileira e não um fato temporal na perspectiva ingênua do progresso, ou idealização da experiência de países imperialistas da Europa ou os Estados Unidos. O busílis é a defesa da não neutralidade do sociólogo diante dos descalabros sociais e estatais brasileiros, a luta para equacionar a questão nacional e democrática, questionar a democracia sem adjetivo, enfrentar e transcender teórica e politicamente a modernidade capitalista que nos coube.

Essa orientação teórica crítica nos coloca diante de um autor cujos itinerários intelectuais, não obstante os diversos contextos percorridos, sempre discutiu problemas de interesse coletivo, problemas públicos vivenciados pela maioria subalterna dos cidadãos. Uma comentadora sustenta proximidade entre Florestan Fernandes, Jorge Andrade e Haroldo Campos, por terem criado uma linguagem que romperia com o passado e se encerraria em si mesma, como se a urdidura das análises do sociólogo fosse mais importante do que os resultados obtidos pelas suas investigações (NASCIMENTO, 2001). Ao invés disso, creio que haja mais afinidades eletivas entre Florestan Fernandes e Cândido Portinari. Ambos, filhos de imigrantes pobres, apropriaram-se de uma linguagem, de uma *tékhné* — um saber que promove o desencobrimento da realidade — para retratar seu povo e aqueles com os quais se identificavam pela origem de classe ou pelos propósitos políticos no sentido generoso da palavra. Como Portinari, esse sociólogo — ao desvendar as condições de vida e os dramas decorrentes das situações social e racial dos elos mais frágeis — lança luz sobre a totalidade, indo das margens aos limites, estrangimentos e contradições dos processos sociais.

Como resultado desse trabalho intelectual temos a reconstrução histórica do Brasil de uma perspectiva invertida e proletária face àquela consagrada pela história oficial, “tanto que o Brasil que sai dos nossos trabalhos não é um Brasil de Gilberto Freyre” (FERNANDES, 2021, p. 171). Se a elite Brasileira viu o Brasil de cima para baixo, “nós não. Nós aqui víamos em termos de um passado, de um presente, de um futuro, engajados dentro de uma realidade que nós queríamos transformar” (FERNANDES, 2021, p. 171), esclarece o próprio autor. Na sequência da historiografia crítica inaugurada por Astrojildo Pereira, Octávio Brandão, Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré e outros, Fernandes revela o Brasil de um ângulo próprio, sociológico e marxista, distinto desses autores, porém complementar, no sentido de contradizer e desautorizar a história oficial. No texto *Nem*

federação nem democracia, afirma: as classes dominantes, sem dúvida, “deram um belo retrato de si próprias” (FERNANDES, 2018, p. 237), mas seus escritos revisaram criticamente essa imagem e a história nacional.

O texto *Antecedentes indígenas* revela que a interpretação do Brasil principia com os elos mais frágeis. Nos livros e textos sobre os tupinambá há uma memória ética sobre a gênese da formação social brasileira, oriunda do genocídio indígena promovido pela conquista. Entretanto, não de modo passivo; ao invés de uma “reação vegetal”, como dissera Gilberto Freyre, a ação do colonizador se defrontou com “inimigos duros e terríveis, que lutaram arduamente pelas terras, pela segurança e pela liberdade que lhes eram arrebatadas conjuntamente” (FERNANDES, 2018, p. 73), arremata o sociólogo paulista. Ele tece uma memória ética e não oficial dos processos de colonização e de construção nacional, desfazendo mitos, concepções eurocêntricas e etnocêntricas (PEIRANO, 1992).

A pesquisa sobre o folclore o indispôs com muitos folcloristas, e a resenha *Contos populares paulistas* é um dos poucos livros dessa seara elogiados pelo autor. A questão do folclore na década de 1940, *mutatis mutandis*, parece ter a mesma importância das *fake news* hoje. Ela revelou a consciência social ou a mentalidade dos atores, a reprodução de arranjos de dominação através de narrativas imbuídas de valores que desempenhavam determinadas funções sociais ordeiras e até reacionárias na cidade de São Paulo, recém-egressa da escravidão, repleta de imigrantes que buscavam se fixar, competir e se integrar na nova terra.

O caráter histórico e informal do folclore o tornava um ponto de vista especial para o sociólogo paulista observar e descrever uma ordem de fenômenos mais ampla: a cultura popular, a presença desta na organização social e a ausência popular na organização política. Sob esse prisma, a presença do negro no folclore podia revelar sua posição subalterna e contribuir para reproduzi-la. Igualmente, as classes populares enredadas no folclore e no analfabetismo estavam alijadas da participação política e eleitoral regulada pela Constituição de 1946.

Na segunda metade da década de 1950, a preocupação de Florestan Fernandes com a educação e com a reimplantação do ensino básico de sociologia na escola pública deriva de suas inquietações em torno do folclore e de seu repúdio às ideologias em prol da aceleração do crescimento econômico. Segundo ele, quando as teorias racistas do pensamento social ainda estavam rotinizadas, as diferenças de mentalidade de indivíduos de classes sociais distintas não eram decorrentes da raça, mas eram diferenças de grau,

suscetíveis de modificação através da educação sistemática, pois resultavam da participação desigual dos indivíduos na cultura do grupo e da sociedade.

A atenção conferida ao folclore enquanto saber tradicional, transmitido informalmente e visto como “continuidade sociocultural”, tinha sua contrapartida na educação sistemática, como fator de homogeneização, no sentido de formar personalidades democráticas e como meio de despertar o interesse por soluções racionais aos problemas práticos enfrentados pela sociedade brasileira. Para Florestan Fernandes, desenvolvimento sem democracia era uma miragem do tradicionalismo das elites brasileiras, cabendo à escola pública, gratuita e de qualidade ser, naqueles idos, o fator-chave na democratização da sociedade. “E havia um anseio de fazer a democracia avançar, compreendendo-se que, sem educação, não haveria como tornar o cidadão mais consciente de seus papéis, capaz de fazer escolhas efetivamente importantes para o país” (FERNANDES, 2021, p. 167).

O livro resenhado teve como critério de escolha dos textos a temática da interpretação do Brasil e a dificuldade de acesso. Outros poderiam ter sido incluídos, como *O negro em São Paulo* (capítulo do livro *São Paulo: espírito, povo e instituições*, organizado por J. V. Marcondes e O. Pimentel, Editora Pioneira, 1968) e o prefácio escrito para o livro *Greve de massa e crise política*, (Editora Polis, 1978), de J. A. Moisés. Não há também nenhum texto sobre a temática educacional, importante na obra do sociólogo, principalmente aqueles produzidos durante a Campanha em Defesa da Escola Pública, reunidos e publicados em *Educação e sociedade no Brasil* pela editora Dominus em 1966.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. (1973). *Temas básicos da sociologia*. São Paulo: Ed. Cultrix.
- FERNANDES, F. (1963). *A sociologia numa era de revolução social*. São Paulo: Editora nacional.
- DAVID, A. (Org.) (2018). *O Brasil de Florestan*. Belo Horizonte: Autêntica Editora; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- FERNANDES, F. (2021). Parte I Entrevistas. In: SOARES, E. V.; COSTA, D. V. (Org.). *Florestan Fernandes: trajetória, memórias e dilemas do Brasil*. Chapecó, SC: Marxismo 21. p. 47-176.
- NASCIMENTO, M. A. A. (2001). *Metrópole e cultura: São Paulo no meio século XX*. São Paulo: EDUSC.
- PEIRANO, M. G. S. (1992). *Uma antropologia no Plural. Três experiências contemporâneas*. Brasília: Editora UnB.

PRADO-JÚNIOR, B. (2007). Cientista, político. Entrevista. In: MAZOCCO, Fabricio. *Folha de S. Paulo*. Caderno Mais, 29 jul. 2007, p. 7. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2907200713.htm>. Acesso em: 14 de. 2022.

Ricardo Ramos Shiota

Doutor em Sociologia pela Unicamp. Bolsista de pós-doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (Fapema)